

fundação
padre Félix

**CONTAS DO EXERCÍCIO
DO
ANO DE 2016**

FUNDAÇÃO PADRE FELIX
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 502255897

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		200 323,49	207 496,92
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		335 070,04	392 131,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		535 393,53	599 628,78
Ativo corrente			
Inventários		5 805,14	9 178,80
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		245,44	186,68
Outros ativos correntes		8 610,78	25 843,48
Caixa e depósitos bancários		91 881,37	24 167,72
		106 542,73	59 376,68
Total do ativo		641 936,26	659 005,46
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		206 818,78	206 818,78
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		136 367,89	136 105,06
Resultados transitados		73 829,82	94 096,12
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		243 573,39	237 610,82
		660 589,88	674 630,78
Resultado líquido do período		-22 565,70	-20 266,30
Total dos fundos patrimoniais		638 024,18	654 364,48
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		692,96	1 027,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		3 219,12	3 613,66
		3 912,08	4 640,98
Total do passivo		3 912,08	4 640,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		641 936,26	659 005,46

Direcção
João Albino Marques Cruz Pereira
Isabel Alves Castilho Dias
Lúcia Maria Pereira Felício
António Maria do Espírito Santo

O responsável,
Glória Felício

FUNDAÇÃO PADRE FELIX
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 502255897

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		45,00	250,00
Subsídios, doações e legados à exploração		38.475,32	44.203,21
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		6.496,42	3.555,25
Fornecimentos e serviços externos		19.230,31	18.839,39
Gastos com o pessoal		23.320,09	29.048,57
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		187,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		17.273,18	20.593,96
Outros rendimentos		8.105,41	8.399,53
Outros gastos		305,12	1.906,49
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-20.186,39	-21.090,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		7.998,96	7.973,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-28.185,35	-29.064,83
Juros e rendimentos similares obtidos		5.619,65	8.798,53
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-22.565,70	-20.266,30
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-22.565,70	-20.266,30

João Alvaro Marques Cruz Pereira
 Ana Maria Bivaldo Gray
 Isabel Alves Castilho Dias
 Lucia Maria Pereira Felício

Isabel Alves Castilho Dias

António Carlos de Almeida Santos

FUNDAÇÃO PADRE FELIX

Anexo

28-03-2017

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
6	Ativos Intangíveis	12
7	Locações.....	12
8	Custos de Empréstimos Obtidos	
9	Inventários	12
10	Rédito	12
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	13
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	
14	Imposto sobre o Rendimento	13
15	Benefícios dos empregados	13
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
17	Outras Informações.....	13
17.1	Investimentos Financeiros	14
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14
17.3	Clientes e Utentes	
17.4	Outras contas a receber	14
17.5	Diferimentos	15
17.6	Outros Ativos Financeiros	15
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	15
17.8	Fundos Patrimoniais.....	15
17.9	Fornecedores	16
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	16
17.11	Outras Contas a Pagar.....	16
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	16
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	17

17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	17
17.15 Outros rendimentos.....	17
17.16 Outros gastos	17
17.17 Resultados Financeiros.....	18
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO PADRE FÉLIX” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação com estatutos aprovados pelo Bispo da Diocese de Aveiro., com sede na rua do Barro, nº 24 em São Bernardo, Aveiro.

A Missão da Fundação Padre Félix é **Ajudar a Vencer!** Para concretizar este lema, esta instituição disponibiliza um serviço de Atendimento/Acompanhamento Social às famílias em situação de risco social, residentes na freguesia de S. Bernardo, tendo em conta:

- a satisfação das necessidades nas seguintes áreas: alimentação, higiene, saúde, organização da vida quotidiana, habitação, educação, formação e cultura;
- o acesso a recursos e serviços que permitam uma progressiva inserção laboral, social e comunitária, respeitando a diferença e a dignidade da vida humana.

A Fundação Padre Félix é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, criada por iniciativa da Comunidade de São Bernardo e por decreto do Senhor Bispo de Aveiro, a 7 de Abril de 1989, comemorando, assim, os 25 anos de atividade pastoral do Sr. Padre José Félix de Almeida, na freguesia de São Bernardo.

O Gabinete de Ação Social da Fundação Padre Félix, criado através do Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, na área de intervenção sociocomunitária, prossegue, através da valência de **Atendimento/Acompanhamento Social**, os objetivos de intervenção social junto das famílias em situação de vulnerabilidade social. O desenho do projeto de vida de cada pessoa/família é baseado numa relação de reciprocidade e compromisso entre técnico e utente, impulsionado pelo trabalho de articulação e de geração de redes de suporte social, compostas por diferentes serviços, entidades e pessoas de referência, essenciais à intervenção. Este projeto, composto por ações objetivas e estratégicas, visa a concretização de condições que facilitem a inserção social e a resolução dos problemas que bloqueiam este processo.

A abertura desta instituição para o exterior é o reflexo do espírito de coesão da equipa diretiva e é a continuação da prática de uma comunicação aberta. A existência de uma boa articulação quotidiana com as demais entidades e a comunidade é o elemento essencial para o sucesso da nossa intervenção social, junto das famílias da freguesia de S. Bernardo e do concelho de Aveiro. A Fundação Padre Félix, através da publicação anual do Boletim “Ajudar a Vencer”, informa a comunidade sobre as atividades mais significativas, desenvolvidas ao longo do ano, e apresenta o Relatório de Contas e o Plano de Ação previsto para o ano seguinte.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados, para melhor compreensão.

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

Estão evidenciadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

(não aplicável)

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são ocorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5 ou 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	5 ou 6 anos

O equipamento com valor inferior a 500,00€ é amortizado no primeiro ano de utilização.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

(não aplicável)

3.2.5 Propriedades de Investimento

(não aplicável)

3.2.6 Investimentos financeiros

(não aplicável)

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados. Estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Doadores

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de doadores estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados;
- valor transferido no âmbito do nº 3 do Artigo 7º dos Estatutos.
-

3.2.10 Provisões

(não aplicável)

3.2.11 Financiamentos Obtidos

(não aplicável)

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

- Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

(não aplicável)

Bens do património histórico, artístico e cultural

(não aplicável)

Outros Ativos Fixos Tangíveis

(não aplicável)

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	75.000,00					75.000,00
Edifícios e outras construções	231.820,01					231.820,01
Equipamento básico	6.658,10	81,31	1.392,82			5.346,59
Equipamento de transporte	9.165,95					9.165,95
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	5714,31		683,06			5031,25
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	328.358,37	81,31	2.075,88	0,00	0,00	326.363,80
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	92.259,24	7495,26				99.754,50
Equipamento básico	5.913,75	189,60	1.392,82			4.706,93
Equipamento de transporte	9.165,95					9.165,95
Equipamento biológico	0,00					0
Equipamento administrativo	5.629,91	292,65	683,06			5.239,50
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	112.968,85	7973,91	2075,88	0,00	0,00	118.866,88

Descrição	2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	75.000,00			75.000,00
Edifícios e outras construções	231.820,01		99.754,50	132.065,51
Equipamento básico	5.346,59		5.079,03	267,56
Equipamento de transporte	9165,95		9.165,95	0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	5031,25		4.867,50	163,75
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	326.363,80	0,00	118.866,88	207.496,92

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	75.000,00					75.000,00
Edifícios e outras construções	231.820,01					231.820,01
Equipamento básico	5.346,59	155,54				5.502,13
Equipamento de transporte	9.165,95					9.165,95
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	5.031,25	669,99				5.701,24
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	326.363,80	825,53	0,00	0,00	0,00	327.189,33
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	99.754,50	7277,76				107.032,26
Equipamento básico	4.706,93	422,85				5.129,78
Equipamento de transporte	9.165,95					9.165,95
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	5.239,50	298,35				5.537,85
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	118.866,88	7998,96	0,00	0,00	0,00	126.865,84

Descrição	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	75 000,00			75 000,00
Edifícios e outras construções	231 820,01		107 032,26	124 787,75
Equipamento básico	5 502,13		5 129,78	372,35
Equipamento de transporte	9 165,95		9 165,95	0,00
Equipamento biológico	0,00		0,00	0,00
Equipamento administrativo	5 701,24		5 537,85	535,74
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00		0	0,00
Total	327 189,33	0,00	126 865,84	200 323,49

Propriedades de Investimento

(não aplicável)

44. J.P.K. & J. J. CF.

6 Ativos Intangíveis

(não aplicável)

7 Locações

(não aplicável)

8 Custos de Empréstimos Obtidos

(não aplicável)

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015			2016			
	Inventário inicial	Donativos em géneros	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Donativos em géneros	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	6.675,35	6439,38	380,68+3555,25	9.178,80	3 122,76	6 496,42	5 805,14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	6.675,35	3 469,38	0,00	9.178,80	3122.760,00	6 496,42	5 805,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				3.555,25			6 496,42
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	45,00	250,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	5.882,48	8.798,53
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	5.927,48	9.048,53

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

(não aplicável)

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

(não aplicável)

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(não aplicável)

14 Imposto sobre o Rendimento

(não aplicável)

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de uma e em 31/12/2016 foi de uma.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	18.950,75	24.324,95
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	3.975,80	4.050,67
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	156,81	326,22
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	236,73	346,73
Total	23.320,09	29.048,57

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	335.070,04	392.131,86
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	335.070,04	392.131,86

17.2 Doadores

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	26 538,34	20 575,77
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	247,92	480,44
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	1.230,00	787,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1.477,92	1.267,44

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Total	245.44	186.68
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2016	2015
Santander	0	42 131,86
BPI	50 000,00	65 000,00
Novo Banco	100 000,00	100 000,00
Montepio Geral	185 000,00	185 000,00
Total	335 000,00	392 131.86

Além dos valores registados a entidade detém 6 660 ações do BCP valorizadas, à data, em 7 132.86 € tendo sido registado como Perdas por redução de justo valor, em Instrumentos Financeiros o montante de 17 273,18 €

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	346.36	69,64
Depósitos à ordem	71 535.01	24 098,08
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	71 881.37	24 167,72

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	206.818,78	0,00	0,00	206.818,78
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	136.105,06	262,83	0,00	136.367.89
Resultados transitados	94 096.12	0,00	-20 266,30	73 829.82
Excedentes de revalorização	0	0,00	0,00	
Outras variações nos fundos patrimoniais	237 610.82	5 962,57	0,00	243 573,39
Total	674.630.78	6 225.40	-20.266,30	660 589.88

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	0,00	0,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	264,50	574,00
Segurança Social	424,46	419,32
Outros Impostos e Taxas	4,00	34,00
Total	692,96	419,32

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-1.230,00		-787,00
Total	0,00	-1.230,00	0,00	-787,00

7.12 Outros Passivos Financeiros

(não aplicável)

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	31.955,72	35.319,60
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	6 519.60	8 883.61
Legados	0,00	0,00
Total	38 475.32	44 203.21

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	3.900,22	4.817,32
Materiais	645,84	405,22
Energia e fluidos	1.431,32	1.661,50
Deslocações, estadas e transportes	98,05	64,24
Serviços diversos	2.218,73	1.857,51
Encargos com utentes	10 936.15	10 033.60
Total	19 2330,31	18 839.39

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	1.995,20	1.054,54
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	3.000,00	3.150,00
Outros rendimentos	3.110,21	4.194,99
Total	8.105,41	8.399,53

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	68,26
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	305,12	1.838,23
Total	305,12	1.906,49

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	5.882,48	8.798,53
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	5.882,48	8.798,53
Resultados Financeiros	5.882,48	8.798,53

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

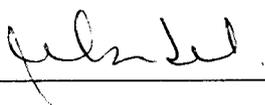
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Geral .

SÃO BERNARDO , 28 de Março de 2017

O Técnico Oficial de Contas



FUNDAÇÃO PADRE FELIX
LARGO DA IGREJA

A Direcção
João Alberto Marques Cruz Simões
Isabel Alves Estêvão Day
António Carlos de Almeida Santos
Lúcia Helena Pereira Felício¹⁸